

# Diário do Legislativo de 31/07/2007

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

1 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

2 - ERRATA

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

66ª reunião ordinária da 1ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 18/7/2007

A Deputada Rosângela Reis - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, meus nobres Deputados, pessoas que nos vêem pela TV Assembléia, estou muito feliz de estar aqui fazendo este pronunciamento, pois não poderia deixar entrar o recesso sem manifestar-me acerca de algumas questões. Quero aqui reiterar as palavras das Deputadas Maria Lúcia Mendonça e Elisa Costa, na semana passada, a respeito da Conferência Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, conferência que foi um sucesso. Nela foram aprovadas 49 propostas para serem levadas à conferência nacional, em Brasília, que acontecerá nos dias 18 e 20 de agosto.

Quero saudar todas as mulheres do Estado de Minas Gerais. Elas serão representadas pelas delegadas que foram eleitas na conferência estadual e que lutarão para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, as famílias e as crianças.

Quero deixar registrada essa menção e citar alguns temas que foram discutidos nessa conferência e que são de fundamental importância para a preparação da mulher e seu crescimento cada vez maior nos espaços da sociedade. Foram debatidos os seguintes temas: "Autonomia e igualdade no mundo do trabalho" - muitas mulheres estão ganhando bem menos que os homens ao exercerem a mesma função; portanto, a equiparação salarial dentro das funções exercidas é uma das lutas das mulheres -; "Educação inclusiva e não sexista", "Saúde das mulheres", "Direitos sexuais e direitos reprodutivos", "Enfrentamento da violência contra as mulheres" e "Mulher e poder: participação social na política".

Sabemos que existe uma participação enorme da mulher no âmbito do trabalho: em torno de 35% delas são arribo de família, ou seja, sustentam suas famílias com seu salário. Hoje, temos dificuldade de entrar em alguns espaços que são restritos aos homens - são os espaços do poder. Houve uma mesa-redonda - fiz a coordenação do debate, junto com a ex-Deputada Maria Elvira e a Deputada Federal Jô Moraes - para discutirmos sobre esses espaços da mulher, sobre a ocupação pela mulher dos espaços do poder. Aqui quero lembrar o comprometimento da bancada feminina desta Casa, que tem uma luta em prol da causa da mulher, uma luta suprapartidária. Independentemente dos partidos, estamos unidas em prol da causa da mulher e da possibilidade cada vez maior de ela buscar seus espaços.

Quero citar algumas conquistas do próprio governo do Estado quanto à Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher, que funciona junto à Sedese. Temos o entendimento de que, havendo essa Coordenadoria, irão desenvolver-se ainda mais os trabalhos ligados à mulher. Quem ocupa essa Coordenadoria é a Sra. Virgília Rosa, que tem desempenhado um brilhante papel.

Quero também ressaltar os programas dos centros de referência e apoio à mulher, que serão implantados no Estado de Minas Gerais. Serão implantados de três a cinco centros de referência, que virão ao encontro de nossas necessidades nas áreas de assistência à saúde, de profissionalização e de apoio às mulheres vítimas de violência. Estamos esperançosas com esse trabalho para que haja a implantação desses centros de referência.

Além disso, gostaria de destacar a Vara de Justiça Especial em Defesa das Mulheres, que será implementada no Estado de Minas, um dos Estados que está na frente na implementação dessa Vara. Acredito que assim haverá maiores condições de amparo legal para as mulheres que sofrem violência doméstica.

Quero destacar, dentro desse tema da violência contra a mulher, algumas prioridades que foram implementadas na proposta que será encaminhada a Brasília, quanto à violência contra a mulher: a dotação orçamentária, que é uma reivindicação das mulheres, para implantação e manutenção de serviços de atendimento à mulher; a criação de delegacias especializadas; os centros de referência e os núcleos de defesa da mulher vítima de violência; a realização de campanhas de divulgação da Lei Maria da Penha; a capacitação da rede de atendimento à mulher e a criação de casas-abrigo e casas de passagem.

No que tange à capacitação das mulheres para o mercado de trabalho, foi proposta a educação integral da escola infantil e creches; a criação e fortalecimento de órgãos gestores de políticas públicas para as mulheres; e a priorização de projetos pedagógicos voltados para o acolhimento da diversidade.

No tema "Participação da mulher nos espaços de poder", foram definidas 29 propostas prioritárias, entre as quais a reserva, para as mulheres, de 50% das vagas em chapas para as eleições proporcionais. Hoje temos 30%. Infelizmente, ainda não conseguimos preencher todas essas vagas. É preciso, como sempre defendo, que haja um trabalho de capacitação, de qualificação dessas mulheres e de incentivo para que elas trabalhem em defesa de suas causas nos seus Municípios. E também para que mais mulheres entrem nos espaços políticos, para defenderem a causa social, a ambiental e outras causas que fazem parte da nossa vida.

O próximo ano será um ano eleitoral, e os Municípios estão lançando candidatas. Queremos estar aqui incentivando as mulheres a entrarem nesses espaços do poder. Que possam entrar em um partido que as auxilie e ofereça estrutura para que tenham condições de realizar seus trabalhos. É importante que os partidos também tenham consciência e apoiem as mulheres para que elas enfrentem as campanhas eleitorais.

A cota de 50% das vagas para as mulheres nos cargos de livre nomeação, nos órgãos políticos, é outra das 29 propostas que serão encaminhadas a Brasília.

Às mulheres que pretendem concorrer às eleições, lembro que o prazo para filiação aos partidos vai até 30 de setembro deste ano. É preciso que se filiem para trabalhar em prol das eleições e da efetivação das políticas públicas em nossos Municípios. Não adianta quereremos trabalhar apenas dentro de nossos lares, igrejas e empresas, como sempre fizemos. Temos que envolver-nos também nesse trabalho político a fim de fortalecermos a nossa causa enquanto mulheres e sociedade em construção.

Quanto à saúde da mulher, foram apresentadas propostas de implementação, por parte do Ministério da Saúde, de política de saúde destinada à prevenção de todos os tipos de câncer que acometem as mulheres, de criação de centros de saúde integral da mulher e de ampliação dos programas preventivos de educação sexual voltados para os adolescentes. Além disso, propõe-se a vigilância permanente quanto aos rumos das políticas públicas voltadas para as mulheres, com base no que já foi discutido relativamente ao fortalecimento de nossa representatividade; o engajamento de todas as mulheres mineiras e maior divulgação para que possam encampar esse trabalho político.

Registro meu repúdio em relação à mídia, que tanto tem dificultado o crescimento, o progresso da mulher nos diversos âmbitos do mercado de trabalho, na comunidade e na família. Ela tem sido como uma redoma, dificultando o entendimento da mulher sobre sua cidadania. Além disso, explora-a, mostrando o outro lado, o lado sexual, como se a mulher não tivesse outras habilidades. Sabemos que a mulher tem grandes habilidades e que pode somar muito nos diversos espaços. É preciso haver essa preparação da mulher para a construção de uma sociedade melhor para se viver, uma sociedade em que se integrem homens, mulheres, crianças, idosos, para que possamos, cada vez mais, tornar este mundo melhor.

Sr. Presidente, sem me delongar muito, gostaria de falar sobre a BR-381, tão necessária para o desenvolvimento da região do Vale do Aço. Estamos prestes a ver a expansão das empresas em nossa região. Há uma proposta de investimento de US\$8.000.000.000,00 na Usiminas. Esta é uma das várias empresas que são cortadas por essa BR. Há mineradoras, a Usiminas, a Vale do Rio Doce, a Cenibra, empresas importantes para o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso país.

Quero mencionar um recurso que já foi liberado, estimado em R\$1.600.000.000,00, para o término das obras de duplicação da BR. O seu término está previsto para 2011. Defendemos essa duplicação. Estamos com a Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381. Gostaria de contar com o apoio dos nossos parlamentares, pois essa Frente será de fundamental importância. Vidas foram ceifadas e são irreversíveis. Queremos evitar que isso ocorra e contribuir para que haja maior fluxo e escoamento da produção.

Desejo aos Deputados um feliz descanso neste recesso. Que o aproveitem e que possamos retornar ao trabalho com bastante energia e vontade. E que, no próximo semestre, possamos vencer mais uma etapa de trabalho. Obrigada.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados e telespectadores da TV Assembleia que acompanham os trabalhos deste Plenário, durante este semestre, procurei ter uma atuação freqüente nas comissões, mais precisamente na Comissão de Justiça, à qual pertencço. Acompanhei com muita atenção as falas das pessoas que passaram por esta tribuna desde o início do ano até hoje. Pude observar que, em todas, há algo que se aproveita e algo que devemos contestar.

Quero discordar, por exemplo, do Deputado Durval Ângelo, que, usando esta tribuna ontem, discutindo um projeto de interesse do meio ambiente, fez comentários a respeito de uma situação que eu jamais traria para esta tribuna. Penso que assunto de Município deve ser resolvido no Município; assunto do Estado resolve-se no Estado; e assuntos do governo federal devem ser resolvidos nos organismos daquela esfera de poder. O que se falou ontem, aqui, é inadmissível. A afirmação de que o Prefeito de Manhuaçu é proprietário rural é verdadeira; ele o é. Todavia, quanto à afirmação de que ele seria usuário de produtos agrotóxicos, acredito que isso foi colocado como força de retórica para se chegar à etapa seguinte. A bem da verdade, é nisso que quero crer. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. O Sr. Sérgio Breder é produtor rural, consegue alta produtividade, trabalha assessorado por agrônomos responsáveis e conscientes; aliás alguns deles pertencem à Emater.

Então, não existe essa figura. Isso foi apenas para fazer o nexo, para permitir que o Deputado fizesse alusão a fato ocorrido em 1985, dizendo que o Prefeito de Manhuaçu, àquela época, autorizara a Viação Caparaó a explorar serviços de linhas sem licitação. Não é verdade. A Viação Caparaó atua no Município de Manhuaçu - e a conheço muito bem, porque sou da região - desde o final dos anos 70. Portanto, foi um exagero ou se falseou a verdade, dizendo algo que não aconteceu.

Relativamente ao processo judicial a que fez alusão, gostaria de lembrar que, em data recente, o Ministro Gilmar Mendes, acompanhado pela maioria do Supremo, na Reclamação nº 2.138, entendeu que improbidade administrativa nada mais era do que a repetição de um processo criminal. E esse processo criminal, à época, o Prefeito o enfrentou e foi absolvido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Então, não existe recurso protelatório, como foi dito: o que existe é um recurso para se ter garantia da cidadania neste país. O recurso é para que se aplique o entendimento da Reclamação nº 2.138, da interpretação do Supremo, para permitir que o Prefeito goze da liberdade e da segurança, uma vez que a acusação que tinha, no aspecto criminal, foi enfrentada, e dela foi absolvido. Ninguém pode ser processado pelo mesmo fato duas vezes. É isso o que se busca; não se busca usurpar nada nem utilizar recursos protelatórios.

Quanto à palavra "usurpação", quero contestá-la com veemência. Não usurpa quem foi eleito com 70% dos votos. Não usurpa quem tem uma aprovação de 92% de seus municípios. Portanto, o Prefeito de Manhuaçu merece louvor, e não, críticas como as proferidas ontem, contidas nestas notas taquigráficas e exibidas pela TV. Por essa razão, resolvi vir a esta tribuna.

Aproveito o ensejo para discordar de algumas coisas que se falam e lamentar a forma como alguns companheiros interpretam o impasse, um pequeno impasse surgido entre o ponto de vista do Ministério Público e o da Assembleia Legislativa, relativamente à lei orgânica daquele órgão. A quem compete legislar? À Assembleia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, disse a alguns colegas que erramos ao longo do tempo por não termos promovido nenhuma mudança na Lei Orgânica do Ministério Público. Quando se decidiu fazê-lo, isso causou espanto, estranheza. Mas não é isso que devia acontecer, mesmo porque

ninguém está tirando dos membros do Ministério Público o direito a sua atuação precípua de fiscal da lei, ao seu papel de fiscalizar, acompanhar, promover ações e agir com toda a liberdade que o cargo e a Constituição lhes asseguram. O que se propôs foram pequenas mudanças visando fortalecer o Ministério Público. Porque não é fortalecido o órgão em que o Procurador-Geral, seu responsável maior, não tem atribuições definidas de conduzir aqueles com quem trabalha e sobre os quais tem ascendência. Não se fortalece um órgão enfraquecendo a Corregedoria. E é isso que esse projeto procurou fortalecer.

Hoje, pela manhã, o Deputado Lafayette de Andrada fez um comentário sobre alguns aspectos, o qual considerei muito importante. E, nesta matéria do jornal "O Tempo" exibida, alguns colegas estão dizendo que tanto a Assembléia quanto o Ministério Público estão perdendo. Acredito que não: nem a Assembléia nem o Ministério Público estão perdendo. A Assembléia não está perdendo porque está cumprindo o seu papel. Ou seja, ela existe para legislar. O Ministério Público está ganhando, na minha avaliação, porque está tendo um instrumento para que aqueles que dirigem a instituição tenham, de fato e de direito, controle sobre ela; não um controle tutelar, mas administrativo. Caso contrário, transformasse em um grupo de poderes, cada pessoa representando um poder diferente, agindo ao seu arbítrio, sem que o responsável maior pela instituição possa ter conhecimento algum das ações, de muitas das quais só toma conhecimento depois de fato consumado, irreversível.

Após as avaliações que fiz - e fiquei em silêncio durante todo o tempo em que se discutiu a matéria nesta Casa -, penso até ter havido alguns excessos na fala, mas não, na ação. Se alguém se excedeu na tribuna, não se excedeu na hora de transformar a sua palavra em ação.

Estou aproveitando a oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para reafirmar que não há queda-de-braço e nenhum impasse; está havendo uma acomodação, na qual quem tem o poder de fiscalizar a aplicação de leis deve, de fato, preocupar-se em aplicá-las e fazer essa fiscalização. E há aquela que tem o poder de elaborar as leis, a Assembléia Legislativa, para cuja constituição há eleição, de quatro em quatro anos, permitindo que a sociedade, o povo, o eleitor escolha quem acha que deve exercer essa atividade pública, a de elaborar leis.

Então, é preciso, a partir de agora, entrar num processo de reflexão. Fiz essa reflexão cuidadosamente, antes de vir a esta tribuna, perguntando-me o que mudou. Mudou a essência do órgão? Não. O que aconteceu foi o seguinte: esperamos muito tempo para promover alguma mudança, e, no dia em que se fez essa mudança, ela causou uma grande estranheza por parte de alguns integrantes do Ministério Público. Compreendo a reação.

Vejo, ao microfone, o Deputado Lafayette de Andrada. Gostaria até de lembrar que fiz alusão à fala de hoje do ilustre Deputado, que, pela manhã, de forma prudente, consciente, responsável, abordou com clareza as pequenas mudanças, os pequenos ajustes - nada que toque a essência do Ministério Público, que queremos cada vez mais fortalecido. É um órgão que nós e a democracia precisamos que esteja cada vez mais atento à fiscalização do cumprimento das leis.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Nobre Deputado Sebastião Costa, ao contrário do que tenho visto aqui, sobretudo nas semanas que se passaram, em que alguns Deputados, de forma até exaltada, trouxeram críticas à ação do Ministério Público, gostaria de contribuir, neste debate, numa linha um pouco diferente. O Ministério Público, indiscutivelmente, é um órgão necessário à democracia e à nossa sociedade. Mas, como todo organismo, possui alguns membros que não estão à altura do cargo que exercem. Isso acontece em toda a sociedade. Há médicos muitos bons, mas infelizmente há médicos picaretas. Temos advogados muito bons, grandes juristas, mas também existem os advogados picaretas. O mesmo acontece com os engenheiros, enfim, com todas as profissões - e, no Ministério Público, não é diferente.

Esse conjunto de medidas que a Assembléia aprovou, no meu entendimento, leva a um aprimoramento da ação do Ministério Público, o qual a sociedade e o próprio Ministério Público devem aplaudir. A Assembléia de Minas votou institutos que promovem transparência no Ministério Público, fazendo com que seus dirigentes tenham suas vistas sobre os membros que não honram seus cargos.

O Deputado Sebastião Costa - Muito bem.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte) - Essa é a grande realidade. Aquela pequena minoria que não honra o cargo que ocupa muitas vezes se acobertava com falhas ou lacunas da lei, que não davam a necessária transparência aos seus atos. Agora estarão às vistas do seu público e de seus superiores e pensarão duas vezes antes de fazerem este ou aquele exagero, aquela loucura, mesmo, que em alguns casos acontece. Como eu disse, isso não é privilégio do Ministério Público.

Deputado Sebastião Costa, a sociedade aplaudirá as modificações instauradas nesta Assembléia Legislativa. A grande maioria do próprio Ministério Público aplaudirá as mudanças e transformações aprovadas por esta Casa, porque elas darão transparência e eficiência a esse Ministério.

Às vezes, a grande imprensa pinça apenas um pequeno detalhe de uma lei extensa e, por meio desse pequeno detalhe, tenta ludibriar o cidadão ao não apontar exatamente o texto da lei, fazendo uma interpretação errônea do que foi aprovado. Em nenhum momento aprovamos fórum privilegiado. Não tiramos sequer uma vírgula das atribuições do Ministério Público, que continua, por meio de seus Promotores, com todos os seus poderes e atribuições, ao contrário do que foi divulgado. Em outros capítulos, contribuímos - e muito - aperfeiçoando a Lei Orgânica do Ministério Público.

Deputado Sebastião Costa, gostaria de aplaudir seu pronunciamento e dizer que, à medida que a sociedade for bem informada acerca do que foi aprovado aqui, tenho a certeza de que, como a maioria do próprio Ministério Público, aplaudirá as transformações. Essa era a contribuição que queria trazer. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Agradeço a participação de V. Exa. Gostaria apenas de lembrar, Deputado, o que acabei de dizer há poucos instantes. Eu e alguns companheiros que estamos nesta Casa há mais tempo talvez tenhamos errado. Deixamos de promover algumas mudanças anteriormente, e elas deveriam estar sendo feitas anualmente ou de dois em dois anos, a fim de permitir que o Ministério Público fosse devidamente valorizado. Tal valorização dependia dessas medidas.

Acredito que num primeiro momento haverá uma inquietação. Em médio prazo, os homens de bem - e são muitos os que integram aquela instituição - estarão louvando a atitude da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)\* - Sr. Deputado Sebastião Costa, estávamos ouvindo seu pronunciamento, assim como as palavras do relator do Projeto de Lei Complementar nº 17, Deputado Lafayette de Andrada. Só queria deixar para reflexão do próprio Ministério Público questões levantadas nesta Casa. Quando voltarmos, por volta do dia 6 de agosto, esperamos que eles dêem explicação a esta Casa sobre como mantêm, nesse Ministério, escuta clandestina de telefone, grampeando ligações das autoridades e pessoas de bem de Minas Gerais.

Cobramos essa explicação porque eles cobram responsabilidades de todas as pessoas. O Ministério Público não tinha, até então, esses limites da legislação que aprovamos, os quais espero que, a partir de agora, tenha. Eles também precisam parar de fazer escuta de telefones, de fazer grampos telefônicos.

Hoje, infelizmente, não se pode mais conversar, visto que se está sendo vigiado clandestinamente pela entidade Ministério Público. De acordo com informações contidas em um processo judicial, no 1º andar do prédio da Procuradoria, é feita escuta telefônica. O mais absurdo é que essa ação conta com o apoio da Polícia Militar, que também terá de explicar-se.

Então, durante os próximos 12 ou 15 dias, devemos fazer uma reflexão acerca dessa situação. É preciso que o Ministério Público também reflita acerca dos excessos que cometeu, sobretudo ao manter escuta telefônica.

Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, boa sorte e bom descanso! Obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Para concluir, Sr. Presidente, ressalto que a informação dada nesta tribuna, há alguns dias, pelo Deputado Antônio Júlio - e que foi repetida hoje - refere-se a uma situação grave, porque atropela a cidadania, o direito do cidadão.

Podem alegar outra questão: "Estão querendo cercear". Não se trata disso. O que se quer é legalizar as ações. Assim, tudo deve ser feito, precisa ser feito dentro da legalidade. O Ministério Público tem um papel preponderante. Todavia, como membros deste Poder, não podemos acender uma vela para Deus e outra para o outro lado. Temos de ter posição.

Em certa ocasião aprendi uma frase, da qual jamais me esqueci: "Não descobri o segredo de acertar sempre. O de errar já descobri: é querer agradar a todos ao mesmo tempo". De acordo com essa idéia, ao que me parece, alguns colegas estão querendo agradar a gregos e a troianos. Isso, porém, não tem aplicação no mundo moderno. Obrigado.

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje é o último dia do primeiro período da 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Julgo importante poder pronunciar-me desta tribuna, às vésperas do curto, porém fundamental, recesso.

Antes de abordar alguns aspectos, Sr. Presidente, gostaria de fazer coro com tantos colegas que se manifestaram aqui, pela manhã, e lamentar profundamente o gravíssimo acidente ocorrido ontem no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo.

Pela manhã, a pedido do Deputado Vanderlei Miranda, fizemos um minuto de silêncio pelas vítimas do referido acidente, já que todos nós estamos sofrendo, sobretudo considerando-se a maneira como tudo aconteceu. Não quero discorrer sobre a seriedade e a responsabilidade dos que estão diretamente envolvidos nessa questão, mas apenas lamentar profundamente a perda de centenas de vidas, bem como o sofrimento dos familiares que perderam seus entes queridos. Enfim, manifestamos a essas pessoas nossa solidariedade.

Sabemos que vida é o dom mais importante que Deus nos dá. Portanto, precisa ser cuidada. Quando esse bem nos é ceifado, sobretudo de maneira absurda, sentimos grande dor no coração. Fica aqui o nosso lamento, o nosso pesar por esse fato lamentável, que, mais uma vez, acontece em nosso país. A nossa luta é em defesa da vida.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte)\* - Obrigado, nobre colega Deputado Eros Biondini. Farei menção à tragédia, ao gravíssimo acidente a que se referiu inicialmente V. Exa. Pela manhã, quando solicitei ao Presidente uma questão de ordem, a fim de fazermos um minuto de silêncio, ainda não sabia que no vôo acidentado estava um colega, o Pastor Luiz Antônio, da Assembléia de Deus do Rio Grande do Sul, que, aliás, estaria aqui no início do mês. Ele era um dos preletores convidados para um evento que acontecerá nesta cidade, na Assembléia de Deus, no início de agosto.

Lamentavelmente, ele é mais um nos números dessa estatística terrível que nos abala, que nos comove e nos entristece. Esse fato, mais uma vez, coloca-nos no cenário mundial de uma forma tão negativa e tão dolorosa.

Fica aqui esse registro e também a minha palavra de condolência à família do Pastor Luiz Antônio, que era pastor da Assembléia de Deus no Rio Grande do Sul. Muito obrigado.

O Deputado Eros Biondini - É verdade, Sr. Deputado. Muitas pessoas vinham também para Belo Horizonte. Nesse vôo havia mineiros e pessoas que têm parentes em nossa Capital e no Estado. Fica, então, o registro, Sr. Presidente.

Gostaria de fazer uma avaliação desse primeiro período do nosso mandato. Sou iniciante nesta Casa Legislativa e para mim, de alguma forma, tudo foi novo. Minha avaliação é muito positiva, apesar de tantos momentos de adversidades pelos quais acabamos passando. No entanto, tivemos muitas realizações, trabalho e empenho.

Hoje, através da TV Assembléia, o trabalho de nossa Casa Legislativa se aproximou ainda mais da população, da sociedade. Constatamos essa situação quando viajamos pelas cidades do nosso Estado. Nesse primeiro semestre, estive em cerca de 30 cidades, tive oportunidade de voltar a muitos lugares onde estivemos por ocasião de nossa campanha eleitoral. Retornamos agora para acompanhar de perto as demandas e as necessidades do povo mineiro. A audiência da TV Assembléia é muito elevada e vem aumentando nas diversas regiões do Estado.

Percebi que muitos Deputados não medem esforços para aproximar-se da comunidade, para representar os cidadãos que lhes confiaram seus votos. Particpei de momentos importantes quando votamos vários projetos de lei e proposições diversas. Graças a Deus, tive o Projeto de Lei nº 20/2007, de nossa autoria, aprovado já em 2º turno. Esse projeto trata da garantia da realização de cirurgias reparadoras em vítimas de violência. Fiquei muito alegre ao ver que meu projeto - que contou com a boa-vontade e o trabalho das comissões e também dos nobres Deputados - foi aprovado.

Outro fato importante que tenho acompanhado juntamente com a comunidade dos hansenianos se refere ao projeto de lei do Deputado Tião Viana, do Acre, que foi trazido aqui para a Colônia Santa Isabel, na nossa região. Desde essa época, comecei também uma luta. Mande assessores às reuniões com o Presidente Lula para que fosse encaminhado - e avançasse - esse projeto de lei, que acabou culminando na Medida Provisória nº 373/2007, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial de R\$750,00 às pessoas atingidas pela hanseniose e submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia até 31/12/86.

Na terça-feira passada, essa medida provisória foi aprovada na Câmara e encaminhada ao Senado Federal. Foi um avanço a idéia, a proposta do Senador Tião Viana ter-se transformado em medida provisória.

Gostaria de deixar o registro de que a Comissão de Turismo, presidida pelo Deputado Vanderlei Miranda, realizou muitas reuniões e audiências públicas, entre ordinárias e extraordinárias, para tratar de muitos assuntos importantes.

Fizemos importantes visitas, como à UFMG, ao Departamento de Análise da Qualidade do Leite, onde pudemos ver um trabalho maravilhoso. Há uma demanda de uma segunda linha de equipamentos para análise de leite em consequência da qualidade do serviço prestado.

Também na Comissão de Participação Popular tivemos momentos muito importantes. Aliás, encontra-se presente o Deputado João Leite, que é membro efetivo dessa Comissão. Um Deputado sempre presente e uma pessoa em quem me inspiro.

Uma das grandes vitórias foi o envolvimento da referida Comissão naquela demanda de incluir as creches comunitárias no orçamento do Fundeb. Realmente, envolvemo-nos nesse assunto por meio do encaminhamento de requerimento ao Congresso, o que surtiu um efeito muito positivo.

Enfim, a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e contra o Aborto foi um grande marco nesse primeiro período. É importante que todos os que nos acompanham nessa Frente Parlamentar fiquem sabendo que a referida Frente não quer tratar simplesmente da nossa bandeira que temos levantado contra o aborto, ao lado dos Deputados Doutor Rinaldo, Fahim Sawan, Doutor Viana e tantos outros. A defesa da vida vai muito além do aborto. É o direito das mulheres, por meio das políticas públicas para as mulheres, e o direito das crianças de terem acesso a educação e condição digna para poderem viver, alimentar-se e crescer, além de perspectivas de estudo e dignidade.

Antes de entrarmos em recesso, gostaria de parabenizar a equipe técnica da Assembléia Legislativa, que pude conhecer mais de perto por ocasião do curso de Poder Legislativo ministrado pela Escola do Legislativo. Aliás, pude perceber a alta competência e qualidade desse corpo técnico da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Conviver com estes Deputados foi muito bom.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte) - Muito obrigado pelo aparte. Gostaria de cumprimentá-lo por suas palavras, pois temos de dar-lhe os cumprimentos todas as vezes em que V. Exa. fala contra o aborto, já que a sua postura coincide com a minha.

Na reunião acontecida para combater o aborto, levantamos a dúvida sobre a pílula-do-dia-seguente.

Como V. Exa. mesmo disse, a pílula-do-dia-seguente é abortiva mas pode funcionar de modo não abortivo quando a sua ação acarreta mudanças de consistência do muco cervical, que impedem o movimento rápido do espermatozóide. Quando isso não ocorre, acontece a fecundação, e, na hora em que o ovo, que para nós, médicos, já é um ser vivo, vai fixar-se, nidar-se no útero, a pílula-do-dia-seguente vai impedir que isso ocorra. Então, quando os outros dois modos não abortivos falham, a pílula-do-dia-seguente pode funcionar pelo terceiro modo, que é abortivo, por isso somos contra o uso da pílula-do-dia-seguente. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Eros Biondini - Obrigado, Deputado Doutor Rinaldo.

Também encontra-se presente o caro Deputado Domingos Sávio, com quem pude aprender muito durante esse tempo.

O que também me marcou na Assembléia, e quando estamos de fora não percebemos tanto isso, é justamente o esforço dos parlamentares de aproximar-se da sociedade organizada. Várias pessoas que aqui estiveram representando suas entidades foram bem recebidas por esta Casa. Além de perceber essa realidade, também pudemos ir a várias cidades, em audiências de comissão e reuniões. Talvez a imagem que temos quando estamos do lado de fora seja incompleta. Somente aqui pude perceber o quanto há para se fazer. Realmente, existe muito trabalho, um intenso trabalho.

Acima de tudo, vivemos um momento de aproximação com a população, com aqueles que nos dão o termômetro daquilo que querem, para que possamos ajudar a construir um mundo novo e melhor, a começar por Minas Gerais, que é o Estado que nos confiou os seus votos.

Neste último dia, quero agradecer a Deus, em primeiro lugar, a oportunidade e a honra de ser um dos representantes do povo de Minas Gerais, e ainda a oportunidade que me foi dada de poder plantar e colher bons frutos neste primeiro semestre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os que nos acompanham na Casa do povo mineiro e pela TV Assembléia. Sr. Presidente, esta é mesmo a hora de fazermos um balanço do que foi possível realizar neste primeiro semestre - um pouco ampliado, porque já estamos no segundo semestre. Com as mudanças que foram feitas, diminuindo o prazo do recesso parlamentar, pudemos, pela primeira vez na história da Assembléia mineira, prolongar o período das sessões ordinárias e extraordinárias desta Casa, do funcionamento das comissões, entrando pelo mês de julho. Agora, com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO -, podemos, por pouco mais de uma semana, entrar em recesso.

Destaco esse assunto porque a população precisa começar a compreender melhor o papel de um parlamentar, para quem o recesso não significa necessariamente férias. Até porque, ao sair desta Casa, não deixo de ser Deputado e, portanto, não deixo de ter obrigações para com o meu povo. Isso também ocorre com os demais colegas. Amanhã mesmo já teremos uma agenda puxada, atenderemos várias pessoas. Além de estar neste Plenário debatendo e votando leis, procurando aprimorar a estrutura do nosso Estado, e nas comissões, vamos ao governo do Estado buscar apoio, representando o nosso povo e conseguindo recursos, para a melhoria de estradas, a construção de postos de saúde ou a reforma de escolas. O nosso papel é, acima de tudo, ouvir a comunidade, estar perto do povo, para que, de fato, possamos expressar o seu sentimento.

Este primeiro semestre foi, certamente, muito produtivo. A exemplo de outros colegas, tenho a prática de visitar muitas cidades toda semana, mas tive de diminuir um pouco o ritmo das viagens, uma vez que a Assembléia nos manteve aqui durante todo o primeiro semestre. Além das reuniões tradicionais de terça-feira, quarta-feira e quinta-feira, freqüentemente tivemos atividades parlamentares de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo um mutirão permanente. Foram centenas de reuniões em comissões. Eu, que atuo nas Comissões de Administração Pública e do Trabalho - tendo a honra de ser indicado à condição de Líder da Maioria pelos colegas -, acabo me envolvendo em debates de outras comissões, além do Plenário.

Isso nos possibilitou ver aprovados projetos importantes para Minas, que vão desde o fortalecimento da segurança pública - como o que entrará em vigor brevemente - e do qual fui relator - concedendo reajuste aos policiais militares e civis, aos bombeiros e agentes de segurança penitenciária - à garantia de aposentadoria aos 30 anos para os policiais civis, projeto sancionado ontem, que emenda a Constituição mineira e veio acompanhado de projeto do Governador, aprovado por esta Casa. Além desses, foi aprovado hoje o projeto que trata da LDO, emendado por praticamente todos os Deputados. Cada um deu sua contribuição. Seu relator, um dos homens mais experientes desta Casa, Deputado Sebastião Helvécio, com o espírito democrático que norteia o seu comportamento, acabou acolhendo ou aproveitando as diversas sugestões, dando-lhes tratamento constitucional adequado. Fiquei feliz porque sugerimos que, no mínimo, o percentual - que negociamos entre 40% e depois fechamos por 25% - de tudo o que o governo aplica pela Fapemig, fundação que cuida da pesquisa em Minas Gerais... É a primeira vez na história que ela passa a receber o percentual mínimo de 2% do Orçamento do Estado. O Governador Aécio Neves é o primeiro a efetivamente colocar o volume que a Constituição de Minas já definia como percentual para a pesquisa, que é fundamental. O Estado tem de ter esse compromisso com a pesquisa.

Se ficarmos só nas mãos da iniciativa privada, a pesquisa muitas vezes não é democratizada. Refiro-me aí tanto à pesquisa de produtos da

área agrícola, como a Epamig faz com muita competência - mudas de café e feijão -, de produtos para chegar ao pequeno produtor, quanto às mais arrojadas no campo tecnológico, envolvendo a vida, os medicamentos, e assim por diante.

Na LDO, foi aprovada uma sugestão nossa, ou seja, que, a propósito dos 25% que aplicará em pesquisa, a Fapemig o faça com instituições públicas mineiras. Essa é uma maneira de contemplarmos a Uemg, a Unimontes e a Epamig, que são instituições mineiras com bons técnicos e profissionais.

Além disso, Sr. Presidente, foram realizadas inúmeras audiências públicas, algumas delas com resultados colhidos ao longo do semestre. Colhemos o resultado de uma agora. Trabalhamos de forma intensa para garantir o direito dos concursados de tomar posse. Isso em todo nível. Quem passou num concurso tem de ser respeitado. Ainda precisamos garantir esse direito para muitas pessoas. Vinha pleiteando que os concursados aprovados assumissem os cartórios em Minas Gerais. Cartório é uma concessão do Estado. Portanto, não pode ser privilégio de um ou de outro. Por isso a lei prevê um concurso, ou seja, que alguém aprovado em concurso assumira essa responsabilidade em nome do Estado. Mais de 400 pessoas estavam aguardando ser chamadas. Fui um dos que atuei nesta Casa defendendo essa tese. Para minha alegria, ela foi atendida pelo Governador Aécio Neves na semana passada.

Deputado Ademir Lucas, V. Exa. foi um dos ganhos que esta Casa teve. A sua experiência de parlamentar federal e de ex-Prefeito tem contribuído muito na Comissão de Administração Pública e nas demais comissões. No segundo semestre teremos desafios enormes pela frente. Um deles é o Projeto de Lei Complementar nº 26, que trata da reorganização do Poder Judiciário. Ambos lutamos para que o Judiciário o enviasse a esta Casa, a fim de melhorarmos as comarcas. No interior de Minas muitas cidades não têm Juiz; se têm, ele já não dá conta de tanto trabalho. É necessário aperfeiçoar essa estrutura para a Justiça ser acessível a todos. Precisamos de justiça para todos, aliás, justiça que funcione e não seja só teoria, idéia ou um sonho democrático. Portanto, essa reestruturação do Judiciário vem em boa hora.

Divinópolis é uma grande cidade. Entre outras coisas, estarei defendendo-a para que fique no mesmo nível das outras grandes cidades mineiras, como Juiz de Fora, Uberaba, Governador Valadares, Montes Claros, que são consideradas de entrância especial. É um patamar na hierarquia das instâncias de 1ª Instância - chamadas 1ª e 2ª Entrâncias e Entrância Especial. Essas são as titulações que as comarcas ganham em função do volume de trabalho. Divinópolis, em razão de suas características, tem um volume de trabalho que chega a ser maior do que o de algumas cidades com população maior. Ela é uma cidade rica em microempresas e muito dinâmica. Obviamente, essa grande atividade comercial e empresarial somada às pessoas físicas produz um volume de trabalho muito grande. Portanto, é justo que seja equiparada às outras cidades em razão do volume de serviço do seu Judiciário.

Sr. Presidente, queria falar também de um outro projeto importante. O Governador atendeu a um reclamo histórico, antigo, dos servidores públicos. V. Exa. também é um dos batalhadores. Sei que já manifestou a sua alegria e felicidade por o projeto ter chegado a esta Casa. Muito teremos de fazer sobre o seu aperfeiçoamento. Refiro-me ao Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, que trata de uma questão que precisava ser enfrentada. Vários outros governos não quiseram enfrentá-la. O Governador Aécio Neves abre caminho para procurarmos uma solução para o problema dos designados. Quando falo designados no campo dos servidores públicos, refiro-me a quase 100 mil em todo o Estado. São pessoas que trabalham para o Estado e não são concursadas; aliás, trabalham porque o Estado precisou delas.

Estou referindo-me à servente escolar, por exemplo. O Estado faz aquela seleção para servente escolar, e vem fazendo isso há muitos anos. Há senhoras com mais de 60 anos de idade e com 20 anos de atividade numa determinada escola do Estado. Às vezes são verdadeiros arrimos de família. É aquela vovó cuja filha e netinhos, muitas vezes, moram em sua casa e vivem do salário de servente escolar.

Vivemos, Sr. Presidente, o drama dessas senhoras, desses profissionais que não têm nenhuma segurança, nem sequer para se aposentar.

O Governador, ao mandar o projeto de lei que trata desse assunto para esta Casa, vai dar-nos a possibilidade de, no segundo semestre, enfrentar o problema. Não podemos deixar que essas professoras, serventes, profissionais da educação, os chamados designados, continuem com esse pesadelo. Precisamos dar o mínimo de segurança para essas pessoas.

Temos um outro projeto extremamente importante no segundo semestre: o PPAG. Nele queremos assegurar, por exemplo, o programa da Uemg de bolsas para alunos carentes, criado a partir de uma sugestão nossa. Quando digo "nossa", refiro-me a todos. Fui o Presidente da Comissão Especial Pró-Uemg no mandato passado, mas compartilhei com os colegas essa iniciativa. Levamo-la ao Governador, que, por decreto, criou um programa de bolsa para os alunos das unidades associadas à Uemg, como a Funed, em Divinópolis. Neste ano já foram colocados R\$6.000.000,00 a fim de auxiliar o aluno mais pobre da graduação, para pesquisa e extensão. Precisamos dar seqüência a esse trabalho. Portanto temos desafios enormes.

Mas, Sr. Presidente, além desses, teremos de, fatalmente, aprofundar a discussão nesta Casa sobre assuntos que transcendem o Legislativo mineiro, que são do interesse do País todo, mas que, infelizmente, dependem do Congresso Nacional e do governo federal. Refiro-me à necessidade de uma reforma política profunda, de uma revisão do pacto federativo, a fim de que tudo não fique concentrado nas mãos da União; refiro-me a um combate mais duro à corrupção; à necessidade de que o governo federal tenha mais pulso e que, além de muita propaganda, tenha a capacidade de gestão, para que muitas coisas que estão sendo propaladas há muito tempo aconteçam de fato, principalmente melhorando a segurança.

Esse é um governo que nos dá a tristeza de estar aí administrando crises. Criaram, aliás, o Ministério da Crise. É um governo que administra a crise da aviação há quase um ano. Assistimos, agora, muito tristes - por omissão, por incompetência, por irresponsabilidade - a acidentes que poderiam ser evitados. Não é dramatizar, fazer política, é ter coragem de dizer o que tem de ser dito. É claro que, neste primeiro momento, todos estamos absolutamente consternados com o que aconteceu em São Paulo. Somos solidários às famílias, às vítimas e às pessoas que sobreviveram. De uma forma ainda mais triste, unimo-nos às famílias dos que se foram, como o nosso grande companheiro do PDSB, Líder da Minoria no Congresso, Deputado Federal Júlio Redecker, uma das vítimas desse acidente terrível em Congonhas, uma das vítimas desse acidente que - e não sou eu que estou falando, mas os técnicos, os profissionais - é uma tragédia anunciada. Sabiam que aquela pista precisava ser tratada com frisos antiderrapantes para que a água se escoasse.

Estamos vivendo num país em que as coisas ruins acontecem, e depois sempre há alguém para dizer "eu não sabia". Todos sabiam. Houve entrevistas, depoimentos e documentos. Na véspera, a "Folha de S. Paulo" trouxe a seguinte manchete: "Avião derrapa na pista". Infelizmente, não houve atitude competente, responsável, séria, das autoridades para evitar a tragédia.

O Deputado João Leite (em aparte) - Gostaria apenas de citar um número para, de alguma forma, ilustrar o pronunciamento de V. Exa. Só neste governo, desde 2003, houve 543 vítimas de fatalidade em acidentes aéreos no Brasil. Não fiz a conta do número de acidentes, mas são 543 vítimas em quatro anos e meio.

O Deputado Domingos Sávio - Triste, Deputado João Leite, é ouvirmos Ministra do governo dizendo aquela expressão, ridicularizando o cidadão. Não repetirei aqui o que a Ministra Marta Suplicy disse. O povo mineiro não merece ouvir, pois acho chula a expressão que ela usou, há poucas semanas, para referir-se à crise aérea.

Se ainda pudessemos dizer: "foi só uma fatalidade", claro que isso não diminuiria a nossa dor, a nossa perda, mas, infelizmente, o que sentimos é que nada está sendo feito, pois não há competência.

Vi ontem o Presidente reunindo o Ministro da sua área de comunicação, não o das telecomunicações, mas o homem que fala por ele, com o Walfrido, que faz articulação política, como se estivéssemos diante de crise política. Estamos diante de uma crise de incompetência. Esse é o grande problema. Muito obrigado, Deputado.

Manifesto minha solidariedade à família das vítimas, o nosso pesar, o nosso pranto junto ao povo brasileiro por este momento em que se soma à nossa tristeza a nossa indignação pela incompetência das pessoas que poderiam ter evitado, mas não trabalharam com seriedade para evitar mais esse desastre.

O Deputado Weliton Prado - Agradeço, Sr. Presidente. Gostaria de fazer algumas considerações em relação à LDO para o ano de 2008, a qual aprovamos no período da manhã. A LDO serve, primeiro, para orientar e elaborar a Lei Orçamentária Anual, que vamos votar e aprovar no final do ano; estabelecer as metas prioritárias da administração pública estadual; dispor sobre a política de aplicação da agência financeira oficial; dispor sobre administração da dívida e operações de crédito; dispor sobre as alterações na legislação tributária e tributário-administrativa. Está previsto para o orçamento do ano que vem um montante de mais de R\$32.000.000,00. Trata-se de muito dinheiro. Eram R\$17.000.000,00 e, de quatro anos para cá, o valor praticamente foi dobrado.

Então, não poderia deixar de fazer algumas considerações. Lutamos muito para impedir a Taxa de Incêndio para as residências. Foi com muita luta que conseguimos garantir o fim da Taxa de Incêndio para as residências em todo o Estado de Minas e o fim da taxa para chamar a polícia. Infelizmente, foi aprovada a Taxa de Incêndio para o comércio e para a indústria. Aliás, entramos com ação na Justiça. Aprovamos naquele momento, no art. 113 da Lei nº 6.763/75, o § 3º: "O produto da arrecadação da taxa a que se refere a Tabela B anexa a esta lei será aplicado, no percentual mínimo de 50%, no reequipamento da unidade operacional de execução do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais sediada no Município onde foi gerada a receita".

Então, conseguimos acabar com a Taxa de Incêndio para as residências.

Infelizmente, foi aprovada a Taxa de Incêndio para o comércio e para a indústria. Aprovou-se, ainda, que 50% do arrecadado no local ficaria na cidade, justamente para reequipar a unidade operacional da localidade, o que não está acontecendo. Foram gastos apenas R\$4.700.000,00 em investimentos. Nas compras de viaturas e equipamentos, sabe quanto se gastou? Os dados oficiais estão aqui: zero, nada, nenhum centavo. Os investimentos totais do Estado previstos eram de R\$2.766.000.000,00 e foram executados apenas R\$573.000.000,00, ou seja, só 20% do previsto. O contraste é muito grande.

Estou com algumas tabelas sobre execução orçamentária. Nos programas, inclusive nos estruturadores, que são os mais importantes para o Estado, a execução foi zero. Estava previsto para o Saúde em Casa R\$37.000.000,00, gastou-se zero, nenhum centavo. Para o saneamento básico estruturador, a previsão era de R\$195.000.000,00. Quanto foi gasto? Zero, nenhum centavo. A alimentação escolar no ensino médio é tão importante, pois muitos alunos saem do trabalho e vão direto para a escola, e essa é uma luta nossa. Em Brasília, o Deputado Federal Elismar Prado está acompanhando e apresentou requerimento a propósito. O governo Lula já se pronunciou sobre a garantia da merenda escolar também para os alunos do ensino médio, fazendo justiça social. A previsão, nesse setor, era de R\$1.000.000,00. Quanto foi gasto? Zero, nada, nenhum centavo.

Para o Escola Viva, Comunidade Ativa, no ensino médio, a previsão era de R\$5.000.000,00. Quanto foi gasto? Zero. Na expansão do ensino profissionalizante - é fundamental que a juventude esteja preparada e capacitada para preparar o mercado de trabalho -, sabem quanto foi aplicado? Zero, nenhum centavo. No Escolas em Rede, do ensino fundamental, a previsão de investimento era de R\$10.000.000,00. Quanto foi gasto? Zero, nenhum centavo. No ensino médio, a previsão era a mesma, R\$10.000.000,00, quanto foi gasto? Zero, nenhum centavo. Na informatização de centros comunitários, telecentros, muito importantes, a previsão era de R\$2.500.000,00. Quanto foi gasto? Zero, nenhum centavo. O programa Minas Comunica, celulares em todo o Estado, nos 853 Municípios, é muito importante. Realizaremos uma audiência pública na Comissão de Assuntos Municipais a fim de discutir a urgência de sua implementação. Recentemente, estive em Chapada Gaúcha. É preciso que todos tenham a possibilidade de ter celular. Estavam previstos R\$46.800.000,00. Gastou-se muito em publicidade. No momento, o governo está com uma campanha publicitária em todo o Estado, incluindo "outdoor", TV, rádio e jornal. Quanto foi gasto? Zero, nenhum centavo.

Instalações e equipamentos esportivos é outra área importante. Quanto foi gasto? Zero, nenhum centavo. Integração e eficiência das organizações policiais é outro setor importante. Sabemos que os policiais têm, infelizmente, uma das mais baixas remunerações do País. A nossa luta é a de garantir a valorização desses profissionais, auxílio-periculosidade para os policiais civis e militares, e Agentes Penitenciários. Ou seja, é uma área fundamental, pois uma das maiores preocupações da população é o aumento da violência, da criminalidade. A previsão era de R\$1.700.000,00. Quanto foi gasto? Zero, nenhum centavo.

A implementação de lavouras comunitárias é outro programa muito importante, não é Padre João? Fundamental. A previsão era de R\$3.400.000,00. Quanto foi gasto? Zero, nenhum centavo. Na energia elétrica para o Noroeste, a previsão era de R\$4.700.000,00. Muito importante. Quanto foi aplicado? Zero, nenhum centavo.

Redução do custo de transporte metropolitano: R\$1.600.000,00. Quanto foi aplicado? Zero. Para todos esses programas fundamentais havia uma previsão, mas, infelizmente, não houve nenhum centavo de real aplicado. E grande parte desses programas tiveram uma divulgação maciça por parte do governo do Estado. Mas foi aplicado zero, zero, zero. Nada.

Tabelas de programas e ações com baixíssima execução orçamentária: apoio de desenvolvimento municipal - previstos R\$13.500.000,00; aplicados apenas 0,09%. Arranjos produtivos locais - previstos R\$10.100.000,00, aplicados 1,17%; ampliação do tempo escolar no ensino fundamental - previstos R\$17.800.000,00, aplicados apenas R\$237.000,00; construção do "campus" da Uemg em Belo Horizonte, Frutal e Ituiutaba - previstos R\$8.500.000,00, aplicados apenas 1,56%; Fundomaq - previstos R\$25.700.000,00, aplicados apenas 5,4%; Programa Primeiro Emprego, cuja divulgação foi maciça em rádio, televisão e jornal - previstos R\$3.900.000,00, aplicados apenas 11,4%; construção, ampliação e reforma de prédios escolares do ensino fundamental - previstos R\$45.800.000,00, aplicados apenas 11,58%. As escolas estão caindo, e é perigoso que uma telha caia e mate uma criança. Escola Viva Comunidade Ativa - previstos R\$6.300.000,00, aplicados R\$788.000,00, 12,5%; Lares Geraes, habitação - previstos R\$60.000.000,00, aplicados R\$7.500.000,00; Pró-Acesso - previstos R\$428.000.000,00, aplicados R\$67.300.000,00; promoção e difusão cultural - previstos R\$2.400.000,00, o que é muito pouco em um Estado muito rico em diversidades culturais e regionais - Noroeste, Sul, Norte, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Pontal, região metropolitana; aplicados só R\$800.000,00, nem o pouco que estava previsto. Em grande parte desses programas, a aplicação foi zero, zero, zero, nenhum centavo.

Na LDO, apresentamos três emendas. Uma delas proíbe a suplementação orçamentária para divulgação governamental. Os dados mostram que a aplicação em propaganda foi o inverso. Estavam previstos R\$27.800.000,00; foram autorizados R\$49.800.000,00. Ou seja, nos outros programas, como o Saúde em Casa, cuja previsão era de R\$37.000.000,00, foi aplicado zero. Um programa tão importante como esse, a previsão seria dobrar a aplicação, no entanto, aplicou-se zero. Para divulgação governamental, cuja previsão era de R\$27.000.000,00,

poderíamos imaginar que não seria autorizado, pois, na saúde, a aplicação foi zero. No entanto, aconteceu o contrário: foi autorizado o dobro do previsto, quase R\$50.000.000,00. Houve uma suplementação de 79,1%. Foram empenhados R\$40.400.000,00 e liquidados R\$12.700.000,00.

Não poderíamos deixar de dizer isso no Plenário, para que toda a população de Minas Gerais tome conhecimento do fato neste momento tão importante de aprovar a LDO.

Votamos a favor dessa lei, mas informo que continuaremos cobrando a execução dos programas analisados hoje. Queremos que o governo do Estado tome providências e garanta a aplicação de recursos nesses programas. Se, por um lado, houve grande suplementação para propaganda de divulgação governamental, queremos que, por outro, pelo menos o que foi previsto no Orçamento, na LDO do ano passado para este ano, seja respeitado, e os recursos sejam aplicados.

Não podemos aceitar que programas tão importantes como o Integração e Eficiência das Organizações Policiais não recebam recursos; nada foi aplicado. Também não foram aplicados recursos no Expansão do Ensino Profissionalizante; no Saneamento Básico Estrutural; no Escola Viva, Comunidade Ativa no Ensino Médio; no Minas Comunica; e no Instalações e Equipamentos Esportivos. Não podemos admitir isso. Esse é um dos pontos sobre os quais queria registrar o nosso posicionamento.

Outro ponto que quero tratar se refere à tarifa da Cemig. Se compararmos a tarifa de energia elétrica da Cemig, veremos que, nos últimos 10 anos, ela teve aumento de quase 500%. Só neste governo houve aumento de mais de 100%. É uma das energias mais caras do Brasil. Se levarmos em consideração o ICMS, os tributos, os impostos e os encargos, veremos que, só de tributos, impostos e encargos, o cidadão paga praticamente 50% do valor da conta de energia elétrica. Repito: são 50% só de tributos, impostos e encargos.

A Cemig solicitou - é oficial, quem quiser conferir, está no "site" da Aneel - um reajuste para o ano de 2007 da ordem de 20,88%. O que aconteceu? A Aneel autorizou reajuste médio de 5,16%, sendo 6,5% para as residências e 2,89 para o comércio e a indústria. Só que, infelizmente, a Cemig não ficou satisfeita e entrou com recurso por causa dessa decisão. O que fizemos? Apresentamos um requerimento; estivemos, nesta semana, na Aneel; e estamos fazendo gestão junto à Cemig para que desista desse recurso, pois ele pode ser julgado até abril do ano que vem, e o aumento da conta de energia poderá ser impactado justamente em abril, que é praticamente o aniversário, a época em que se define o valor da nova tarifa para o ano que vem.

Continuaremos mobilizados até o ano que vem. Não vamos baixar a cabeça e desistir. Aliás, ontem, no Município de Uberlândia, uma companheira estava distribuindo material, e uma pessoa responsável pela Cemig viu o material e chegou a fazer ameaças. Não vamos nos amedrontar, continuaremos lutando. Comparemos: sem contar com o ICMS, a conta de energia residencial em Minas Gerais é 76% mais cara do que a de São Paulo; 73% mais cara do que a de Brasília; 48% mais cara do que a do Rio Grande do Sul; e 38% mais cara do que a de Goiás.

Sr. Presidente, não justifica termos uma tarifa de energia tão cara, nosso povo é tão penalizado, pois já enfrenta tantas dificuldades, sendo que a Cemig, em apenas três meses, teve um lucro fabuloso de R\$400.000.000,00. Portanto, repito: continuaremos lutando por uma tarifa de energia elétrica justa.

Para terminar, tenho aqui uma moção de repúdio contra o governo em relação às despesas com transporte escolar dos alunos da rede estadual, apresentada por D. Morelli na "IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar". Na realidade, quem está assumindo isso são os Municípios, que não agüentam mais assumir tantas atribuições. Então, registro essa moção de repúdio ao governo feita por um dos religiosos mais respeitados, D. Mauro Morelli. Obrigado.

O Deputado Paulo Guedes\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente nas galerias, membros da imprensa e todos os que nos vêem pela TV Assembléia. Na segunda-feira passada aconteceu, nesta Casa, uma cerimônia em homenagem a Montes Claros pela passagem de seus 150 anos. Não pude participar porque estava em Brasília, perdi o vôo e não cheguei a tempo. Mas gostaria, neste momento, de fazer um pronunciamento.

Querida registrar a minha alegria em participar das festividades de comemoração dos 150 anos da cidade de Montes Claros, na qualidade de Deputado da região do Norte de Minas. Não poderia deixar de parabenizar, desta tribuna, o povo de Montes Claros, por mais uma importante página na história da cidade, que é referência para todo o Norte de Minas e um dos mais importantes pólos de desenvolvimento do nosso Estado. Como representante dos norte-mineiros, orgulho-me de poder também defender os interesses do povo de Montes Claros, minha cidade por adoção, da qual sou cidadão honorário e com a qual tenho o compromisso de continuar, na Assembléia Legislativa, lutando por mais melhorias.

Em parceria com o Prefeito Athos Avelino e com o Deputado Federal Virgílio Guimarães, temos conseguido, junto ao governo federal, pleitos importantes para Montes Claros. Podemos citar a BR-135, que está entre as emendas apresentadas à LDO, e terá, em 2008, investimentos de R\$280.000.000,00 para a recuperação do trecho de Curvelo a Mirabela, incluindo o contorno rodoviário de Montes Claros.

Também é importante registrar a barragem de Congonhas, que será construída entre os Municípios de Grão-Mogol e Itacambira, que foi contemplada com R\$50.000.000,00 na LDO, numa iniciativa da bancada, a nosso pedido, liderada pelo Deputado Federal Virgílio Guimarães. Essa obra será, sem dúvida, o maior investimento do governo federal já feito naquela região, possibilitando, entre tantos benefícios, o abastecimento de água para Montes Claros nos próximos 100 anos. Montes Claros hoje vive no limite, já há racionamento de água em alguns bairros porque o Sistema Juramento, que abastece a cidade, já está operando no limite. Além de abastecer Montes Claros, essa obra é muito importante para o Norte de Minas porque irá perenizar o Rio Verde Grande, que atenderá mais 30 Municípios da nossa região. Além do mais, regularizará a vazão do Rio Congonhas, importante afluente da bacia do Rio Jequitinhonha.

Recentemente, conseguimos aprovar nesta Casa dois importantes projetos. O primeiro trata do incentivo à produção de mandioca e seus derivados e o segundo altera a Lei do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, viabilizando recursos para mais de 200 projetos, que já estão aguardando recursos do Fhidro para a recuperação de bacias hidrográficas em nosso Estado. Essas leis serão importantes para o desenvolvimento do Estado, especialmente para Montes Claros e o Norte de Minas.

Também apresentei, recentemente, nesta Casa, o projeto de lei que institui o crédito ambiental de incentivo aos produtores rurais, agricultores familiares e proprietários de terra em geral, o programa Ecocrédito. Essa iniciativa, já adotada no Município de Montes Claros, é uma experiência que deu certo, e, por isso, queremos estendê-la a toda Minas Gerais.

É assim, com democracia e de mãos dadas com todos, que queremos o crescimento da nossa região. Devemos trabalhar para gerar um desenvolvimento com qualidade de vida para um povo tão merecedor.

Penso que o aniversário de 150 anos de Montes Claros marca três importantes encontros na cidade. Primeiro, com o passado, por resgatar as boas experiências da história da Capital do Norte de Minas; segundo, com o presente, pelo grande número de obras que a cidade testemunha; terceiro, com o futuro, porque Montes Claros reflete o espírito de uma geração política que compartilha o compromisso com a democracia.

A criação da bancada do Norte de Minas é uma importante prova de que a região tem forças para lutar por muito mais conquistas para a nossa região. E não devemos esquecer-nos de que Montes Claros é uma cidade fértil para o desenvolvimento, com cerca de 400 mil habitantes, com uma localização privilegiada, constituindo-se no 2º eixo rodoviário nacional.

A vocação agropecuária é também outro ponto característico do Município, que, ao longo dos anos, tem também experimentado um sólido crescimento em setores como indústria, comércio e serviços. Montes Claros também se consolida como pólo universitário. Além da Unimontes e do núcleo da UFMG, a cidade possui hoje mais de 10 unidades de ensino superior da rede privada, as quais atendem toda a população do Norte de Minas, Sul da Bahia e Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Recentemente conseguimos, também numa ação conjunta com o Deputado Federal Virgílio Guimarães, em parceria com a Prefeitura de Montes Claros, liberar, junto ao governo federal, a criação de um Cefet para Montes Claros, uma escola de ensino técnico que, sem dúvida, contribuirá ainda mais para o desenvolvimento do ensino superior e tecnológico do Norte de Minas e de Montes Claros.

A Capital nacional do pequi é também conhecida pela excelência das produções artesanais e serviu de berço para filhos ilustres, como Darcy Ribeiro e Cyro dos Anjos. Temos de olhar para o futuro dessa cidade, tornando-a cada vez mais equilibrada, com novas oportunidades de trabalho e menos diferenças sociais, para que o desenvolvimento do Norte de Minas concretize-se em base firme e sólida.

Gostaria também de lembrar, neste pronunciamento, da importância da Emenda nº 171, de minha autoria, aprovada hoje nesta Casa, na LDO, que garante um desconto de 50%, ou seja, todos os Municípios da Área Mineira do Idene e aqueles com IDH menor ou igual a 0,7, ao invés de darem 10% em contrapartida, quando fizerem convênio com o Estado, darão apenas 5%.

Com certeza, essa iniciativa ajudará ainda mais os pequenos Municípios do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, que têm dificuldades em celebrar convênios com o Estado, dando em contrapartida o percentual de 10%. Hoje os recursos dos Municípios da nossa região são muito poucos, além disso há, em nossa região, Municípios gigantescos em extensão territorial, como Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Mirabela, Varzelândia, Manga, Montalvânia, Brasília de Minas e tantos outros, que arrecadam muito pouco, quantias insignificantes de ICMS.

Porém, ainda têm de manter o transporte escolar, inclusive o da rede estadual. Esses Municípios também ajudam na segurança pública, já que pagam gasolina e telefone. Na verdade, se não assinarem convênios com a Polícia Militar, ficarão sem segurança pública.

Isso sem falar que um Delegado só vai para Manga, Montalvânia ou qualquer outra cidade da região se a Prefeitura alugar uma casa, pagar despesas de restaurante, enfim, garantir-lhe uma série de regalias.

No momento em que se discute a redistribuição de renda, o pacto federativo e, nesta Casa, o ICMS Solidário, é importante ressaltar que, neste Parlamento, precisamos urgentemente votar esse projeto para que a região mais pobre de Minas Gerais tenha maior participação nos lucros do Estado.

É inadmissível que apenas uma cidade, Betim, que tem pouco mais de 400 mil habitantes, arrecade sozinha mais ICMS que todas as cidades do Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri juntas. Essa conta está errada. O povo dessa região também consome. O dinheiro que compra os carros que rodam no Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, fabricados, em Betim, pela Fiat, sai da nossa região. Parte desses impostos também se traduz em melhoria de vida para a população do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

É fundamental que esta Casa tome medidas emergentes, urgentes, a fim de diminuirmos as desigualdades tão gritantes no que se refere à distribuição de renda no Estado.

Quero também, Sr. Presidente, fazer um apelo a todos os Prefeitos das cidades ribeirinhas do Vale do São Francisco, a fim de agilizar os projetos de tratamento de redes de esgotos e as ETEs. O governo federal, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, já disponibilizou os recursos para essa finalidade. Recentemente, o Ministro Geddel Vieira visitou a região. Estive com ele em Montes Claros, onde foram assinados vários protocolos de intenção. Em todas as cidades ribeirinhas que ainda não têm redes de tratamento de esgotos, elas serão construídas como parte de um projeto de revitalização do Rio São Francisco.

Onde a Copasa possui concessão é importante que ela e as Prefeituras adiantem o projeto. Só neste ano, o governo federal liberou mais R\$100.000.000,00, que serão repassados aos Municípios para o início das obras. Na minha região, várias cidades serão beneficiadas: Manga, que é minha cidade, Itacarambi, Januária, São Francisco, Pedras de Maria da Cruz, Matias Cardoso, São Romão, Ponto Chique, Pirapora etc.

Portanto, trata-se de medidas importantes do governo federal. Pela primeira vez na história, estamos ouvindo falar, efetivamente, em revitalização do Rio São Francisco. Onde houver concessão da Copasa, solicitamos aos Prefeitos que procurem a referida Companhia, façam o projeto, a fim de, a partir de uma parceria entre governo federal, Copasa e Municípios, conseguirmos utilizar esses recursos, ou seja, R\$100.000.000,00 deste ano e R\$450.000.000,00 dos próximos dois anos. O objetivo é que tudo isso seja, de fato, aplicado na nossa região, de modo a melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem na região do Norte de Minas, em especial das que vivem no Vale do São Francisco, visto que programas tão importantes já foram aprovados pelo governo federal.

Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns V. Exa. pela belíssima forma como tem conduzido os trabalhos desta Casa, bem como pela aprovação da importante proposta de emenda à Constituição de sua autoria. Um abraço a todos. Até agosto!

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Obrigado. Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia e público presente, guardo aqui as memórias do nosso trabalho na Casa. Tenho aqui um recorte de jornal de 2001, quando o Deputado Miguel Martini fez denúncia de quem ganharia a licitação da Lagoa da Pampulha.

Na época, isso foi colocado nos jornais "O Tempo" e "Correio Braziliense", de Brasília. Já sabíamos quem venceria a licitação: seria a Construtora Andrade Gutierrez. Posteriormente, tivemos conhecimento daquele contrato e fizemos uma denúncia ao Tribunal de Contas do Estado, que, ao final do levantamento que fez do contrato e da licitação feita pela Prefeitura de Belo Horizonte, decidiu no acórdão: "Julgar irregulares a licitação e o respectivo contrato, uma vez que foram constatadas falhas graves relativas à restrição do caráter competitivo do certame e omissões de planejamento administrativo inadmissíveis para um projeto de tal monta". Isso infringiu a Constituição da República.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais resolveu multar a Prefeitura de Belo Horizonte e remeter os autos ao Ministério Público para adoção de medidas cabíveis.

Esse processo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais data de 8/8/2005. Vem assinado pelo Conselheiro Edson Arger e pelo Conselheiro Presidente Moura e Castro, que aprovaram o relatório do Tribunal de Contas, considerando irregular o contrato da Lagoa da Pampulha.

Naquele contrato, para vencer a obra da Lagoa da Pampulha, a empresa tinha de fazer uma dragagem de sucção à distância. Essa dragagem nunca foi feita. Apenas uma empresa poderia fazer aquilo. Por isso, o Tribunal de Contas condenou a Prefeitura de Belo Horizonte por ser irregular o contrato e a multou.

Deputado Domingos Sávio, esse contrato irregular hoje foi remetido pelo Tribunal de Contas ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Hoje, acompanhando o "Diário Oficial do Município", de Belo Horizonte, deparei com o 33º termo aditivo a esse contrato, de R\$857.590,40, por pagamento de juros e correção monetária. O 33º termo aditivo de um contrato considerado irregular. Se fizermos um levantamento de 1º/11/2006 até agora, verificaremos que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte já pagou cerca de R\$19.000.000,00 à Andrade Gutierrez.

Temos aqui: no dia 11/1/2007 foram pagos R\$4.201.000,00, do Termo Aditivo nº 32. Posteriormente, temos o termo aditivo com o qual a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pagou mais R\$1.906.000,00 à Andrade Gutierrez, para compor mútuos, direitos e obrigações mediante reconhecimento de crédito. A Prefeitura de Belo Horizonte iniciou um contrato de R\$74.000.000,00 na Lagoa da Pampulha.

Trata-se de um contrato, de uma conversa iniciada em 2000. E já estamos em 2007, portanto, no 30º termo aditivo ao contrato com a Construtora Andrade Gutierrez, Deputado Domingos Sávio. Contrato esse considerado irregular e remetido ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Essa é a situação que nos deixa impressionados.

Que obra existe hoje na Lagoa da Pampulha? Absolutamente nenhuma. Será que é por isso que a Prefeitura de Belo Horizonte tem de vender a sua parte na Copasa para pagar à Andrade Gutierrez? Será que ainda vamos chegar ao termo aditivo de número 100 ou 200, para poder pagar a essa empresa? O povo de Belo Horizonte está bancando esse escândalo, por isso aguardo a manifestação do Ministério Público, que recebeu, em 2005, a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, considerando o contrato irregular e multando a Prefeitura de Belo Horizonte. Volto a repetir que, até hoje, o que temos são termos aditivos em cima de termos aditivos, para pagar juros e correção monetária a uma empresa. Como responder a uma situação como essa? Aguardamos a manifestação do Ministério Público.

Antes de conceder aparte ao Deputado Domingos Sávio, gostaria de dizer que acompanhamos levantamentos de execução orçamentária. Aliás, tenho em mão a execução orçamentária referente à aviação. Vejo aqui a notícia de que os parentes das vítimas do acidente vão poder acionar o governo. Eles já têm advogado contratado para acionar o governo. Dei uma rápida olhada na execução orçamentária da segurança aérea no Brasil e creio que esse advogado sairá vitorioso, e nós pagaremos essa conta.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado João Leite, gostaria de cumprimentá-lo pela postura sempre corajosa. Sinto-me muito à vontade para fazer isso porque, além de companheiros de partido, comungamos com o mesmo sentimento de que a vida pública tem de ser construída com transparência, com decência e em permanente combate à corrupção.

Aproveito o aparte para comentar essa denúncia que V. Exa. traz, a fim de ilustrar como foi importante a Assembléia ter aprovado algumas regras relativas ao Ministério Público. Aliás, tais regras não significam tirar poder do Ministério Público, pelo contrário, em alguns casos, significam dar mais poder a ele, além de estabelecer-lhe obrigações claras.

É surpreendente que uma denúncia grave como essa, ocorrida em 2001, e já estamos em 2007 ...

O Deputado João Leite - Correto. O contrato foi feito em 2001, e existe uma decisão de irregularidade do contrato de 2005, do Tribunal de Contas.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Já se passaram seis anos dessa decisão manifestada pelo Tribunal de Contas. Quanto ao Ministério Público, um dos itens colocados na lei, e que pelo menos alguns veículos de imprensa não abordaram, diz respeito ao fato de que o Ministério Público, a partir de agora, quando provocado, tem prazo para tomar providências. Isso também vale para nós, Deputados. Então, se o Ministério Público for provocado para denunciar um Deputado, ele terá prazo para agir. Isso não é criar blindagem, pelo contrário, é estabelecer critérios.

Gostaria de me ater um pouco mais à consideração de V. Exa. sobre a aplicação orçamentária, até porque esse assunto já foi abordado aqui hoje, com algumas afirmações sem nenhum fundamento, das quais fizeram certo sensacionalismo para atacar o governo Aécio Neves. Ao contrário do que temos visto no cenário nacional, o governo Aécio Neves tem sido operoso, atuante, tem mostrado resultados concretos e fáceis de ser mensurados para a população. Como exemplos, podemos citar a melhoria das vias estaduais, os investimentos nas nossas rodovias, na recuperação das escolas públicas e na ampliação das nossas Polícias Civil e Militar. Também, agora, o investimento na comunicação ou na telefonia móvel em todas as cidades mineiras. Quando deparamos com a execução ...

O Deputado João Leite - Só uma ajuda: foram iluminados mais de 500 campos no Estado de Minas Gerais, para a prática esportiva. Continue, porque estou atento.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Exatamente. Sr. Presidente, V. Exa. também participou da audiência pública lutando pela continuação do programa Luz para Todos. Nessa mesma linha, Minas Gerais é o Estado que mais investiu e fez ligações de energia elétrica em todo o Brasil. Foi um recorde: quase 200 mil famílias estão recebendo energia elétrica. Minas está na frente.

Surpreendentemente, verificamos que, de fato, o mesmo não tem ocorrido com o governo federal. Temos alguns dados extraídos hoje da internet. O acesso a informações públicas iniciou-se no governo passado. Desenvolvimento centrado na geração de emprego: foram investidos 0,92% do que foi previsto no Orçamento até agora, dia 18 de julho; gestão pública dos direitos humanos: 0,02%; manutenção da malha rodoviária federal, que é um caos: 5,2% ...

O Deputado João Leite - E 25% dessa malha estão em Minas Gerais.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Universalização dos serviços de comunicação, em que se inclui a possibilidade de telefonia móvel, que tem um fundo de bilhões de reais nas mãos do governo federal: 0,0%. E vai assim por diante.

Como V. Exa. disse, na área de segurança de voo e controle do espaço aéreo brasileiro foram investidos 15% do que estava programado.

Com isso, vemos o governo federal merecendo nota zero. Não é por acaso a vaia que o Presidente recebeu no Maracanã, que não estava repleto de argentinos. Não havia nenhum jogo entre o Brasil e a Argentina para dizer que pelo menos a metade do público era composta de argentinos. Todos eram brasileiros, que mostraram sua indignação. Felizmente, o brasileiro está começando a acordar. Ele tem poupado muito o Presidente Lula, como se este não tivesse culpa de nada e não soubesse de nada. Aliás, é possível ele dizer que não sabia que havia uma crise no espaço aéreo quando lhe informaram que o acidente que ceifou centenas de vidas poderia ser evitado se os investimentos fossem feitos com responsabilidade. Mais uma nota zero para este governo.

Enquanto isso, nesse mesmo aeroporto já existem denúncias concretas e bem fundamentadas de superfaturamento na estação de passageiros, que são luxuosas. É um roubo do dinheiro público. Estão dizendo que um dos estádios do Rio de Janeiro, o Engenhão, chama-se "La Robonera", de tanto que o governo federal conseguiu roubar de dinheiro ali. Foram investidos R\$3.000.000.000,00 nas obras, Deputado João Leite, mas, no esporte - sabemos que a duras penas os atletas se preparam para as competições no Brasil - e nas obras, como essa foi licitada pela Prefeitura de Belo Horizonte, que todos sabem quem administra...

Portanto, é preciso que essas pessoas que as vezes ocupam a tribuna para fazer um discurso raivoso... E depois dizem que este Deputado é que é raivoso, como afirmaram recentemente. Isso não é justo.

Quero despedir-me da tribuna no final deste semestre fazendo este desabafo: o povo brasileiro não pode aceitar a corrupção como se não tivesse mais jeito. Mas tem jeito, sim! Nota zero para um governo que não assume o compromisso firme de combate à corrupção.

Na primeira página do "Estado de Minas" de ontem havia a frase: "Partido dos Trabalhadores paga a dívida com o mensalão". O jornal falou e mostrou isso. É duro, Deputado João Leite. E o Ministério Público? E o Ministério Público Eleitoral? O Presidente Lula falou em Paris, naquela ocasião, que o PT fez apenas caixa dois, admitindo publicamente a existência desse caixa. Mas não era apenas caixa dois, era "mensalão" mesmo. E agora estão pagando a dívida. Esperaram a poeira baixar e foram negociar com o Valério e com o BMG o pagamento do "valerioduto". E nada foi feito. E o próprio Ministério Público? Cadê?

É preciso que haja regras para combater a corrupção e ter transparência; é preciso que haja seriedade na gestão pública; e, acima de tudo, é preciso que haja um governo que, em vez de ser falastrão, gerencie coisas sérias como o espaço aéreo brasileiro, para evitar tragédias como essa que aconteceu.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Desculpe-me se houve prolongamento do aparte.

O Deputado João Leite - Deputado Domingos Sávio, obrigado. V. Exa. não prolongou o seu aparte e trouxe brilho para o nosso pronunciamento e dados importantes da execução zero do governo federal, execução tímida na segurança aérea do povo brasileiro.

Sr. Presidente, solicito apenas 1 minuto para encerrar a minha fala. O Prefeito Pimentel entregar já o 33º Termo Aditivo para a Construtora Andrade Gutierrez... É lamentável que o povo de Belo Horizonte, tão sofrido e sacrificado, que paga IPTU, taxas da Prefeitura e ISS, esteja pagando essa conta de um contrato irregular. Aguardamos uma manifestação do Ministério Público.

Finalizando, lamento aqui o número de mortes nos acidentes aéreos no governo Lula, no governo federal. Em quatro anos e meio de governo, ocorreram 543 mortes em acidentes aéreos. É essa a execução desse governo; a execução zero na segurança aérea dos brasileiros, que está deixando este presente para o povo: o choro das famílias brasileiras! Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente Doutor Viana, é uma alegria muito grande fazer o último pronunciamento deste semestre tendo V. Exa. na Presidência dos trabalhos, assim como compartilhar este momento com os Deputados Wander Borges, nosso grande Líder de Sabará, João Leite, essa figura especial da política mineira, meu companheiro Domingos Sávio e Weliton Prado. Gostaria de agradecer ao Deputado Antônio Genaro, companheiro de todas as horas, a presença.

Neste momento, gostaria de registrar alguns fatos e eventos. Este semestre foi muito proveitoso para o nosso trabalho junto ao governo do Estado. Com o nosso trabalho e o apoio da bancada do Norte de Minas, conseguimos definir que a sede da Copanor, subsidiária da Copasa criada neste mandato, autorizada por esta Assembléia, seja localizada em Teófilo Otôni. Agradeço aos Deputados do Norte de Minas que me apoiaram nessa iniciativa. Nos próximos três anos, essa empresa investirá R\$500.000.000,00 em redes de esgoto e água tratada para as pequenas cidades das regiões Norte e Nordeste de Minas, Vale do Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus, ou seja, todas as cidades com até 5 mil habitantes na sede, que totalizam 51. Além disso, beneficiará mais de 600 Distritos e povoados com mais de 200 almas.

Sr. Presidente, trata-se do maior projeto de saneamento básico jamais feito na história de Minas Gerais, na região mais carente, pobre e necessitada do nosso Estado; de uma revolução não apenas do ponto de vista da obra pública que gerará milhares de empregos na nossa região, mas, sobretudo, da melhor medida profilática e de melhoria da qualidade da saúde do nosso povo.

Tenho essa certeza porque, como Prefeito da minha terra por duas vezes, lembro-me muito bem de que o meu médico, que trabalhava no antigo Distrito de Belo Oriente, hoje cidade de Novo Oriente de Minas, nos primeiros seis meses de trabalho, em meados de 1963, dizia-me que não tinha condições de continuar atendendo a população pobre daquele Distrito se não se resolvesse a questão da água tratada. Sessenta por cento dos óbitos ocorriam por causa da falta de água tratada, da água de má qualidade e da falta de esgoto.

No nosso segundo mandato, construímos milhares de banheiros em casas que não tinham privada. Parece incrível, Sr. Presidente, mas em nosso povoado de Maravilha, das 52 casas, apenas 4 tinham banheiro.

Não há como manter a saúde, melhorar a qualidade de vida do povo, se não tivermos recursos para disponibilizar infra-estrutura básica de saneamento, sobretudo de água tratada.

A decisão do Governador Aécio Neves merece de nós todos que habitamos a região Nordeste e Norte do Estado os maiores encômios e, sobretudo, o maior agradecimento.

A Copanor, subsidiária criada por esta Assembléia Legislativa, chega num momento muito importante para a vida da nossa região.

Não é só esse fato que me traz alegria neste semestre. Alegria também me traz a aprovação, pelo Senado da República, da legislação que legitima e organiza as Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs. Das 17 ZPEs do Brasil, Teófilo Otôni é uma das quatro cujas estruturas físicas já estão prontas. Cuidamos disso ao longo do caminho.

No meu informativo deste mês, apresento todos os detalhes, Sr. Presidente. Muitos acharão interessante. Já dei esses números. Teremos condições de, no Brasil, nas 17 ZPEs, captar investimentos externos da ordem de US\$10.000.000.000,00.

A Associação Brasileira das Zonas de Processamento de Exportação, criada desde que o primeiro projeto de lei foi aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado, em 1988, vem trabalhando para que a legislação complementar fosse aprovada. Foram 11 anos de luta.

Quando Deputado Federal, em 1994, tive a felicidade de receber das mãos do Presidente Itamar Franco, mineiro, o decreto que autorizava a nós, da ZPEX, empresa que coordena a implantação da ZPE, iniciar as obras. Elas foram concluídas há quase 10 anos, esperando que a Câmara dos Deputados e o Senado da República aprovassem a estrutura de funcionamento das ZPEs brasileiras.

Felizmente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e telespectadores, com o trabalho continuado, aquilo que começou com o Deputado Federal Luiz Leal em 1988, passando por Getúlio Neiva, Deputado Federal em 1994, culminou, em seu terceiro ato, nas mãos do nosso conterrâneo, Deputado Federal Ademir Camilo.

No último dia 27, quando estive em Minas Gerais o Presidente Lula, tivemos a oportunidade de conversar com ele, que se comprometeu a sancionar o projeto aprovado no Congresso Nacional. Nos próximos dias, o Presidente deverá sancionar o projeto. Já nos estamos preparando para buscar as empresas brasileiras e internacionais que possam vir a se implantar no Distrito Industrial de Teófilo Otôni, que é a nossa ZPE.

São duas notícias alvissareiras, importantes, porque não se cuida apenas do presente, mas do futuro de uma região na área de saneamento básico, da água tratada e, agora, do futuro industrial de uma região pobre.

Cumpre-me também, Sr. Presidente, revelar que já conseguimos que a região do Vale do Mucuri fosse também incluída nos benefícios fiscais da área da Sudene. Somente agora, nessa reta final, no final de junho, foi disponibilizada verba de R\$20.000.000,00 para financiamento aos empresários rurais e urbanos da nossa cidade e da nossa região. Realmente são duas ações importantes, complementadas pelo crédito da área da Sudene.

Tínhamos uma situação engraçada na nossa cidade. A ZPE estava pronta, mas não funcionava. Havia outras situações, como o prédio que tínhamos do Banco do Nordeste, mas não tínhamos os financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste; aliás, essa agência foi inaugurada por mim quando Prefeito, tendo ao meu lado o Governador Aécio Neves.

Amanhã, Sr. Presidente, estará em Teófilo Otôni Vanessa Guimarães, Secretária de Educação, que vai vistoriar o terreno onde será edificado um prédio singelo para o funcionamento dos cursos de formação da UFMG. Está indo para a cidade a UFMG, por nossa mão, pela decisão de Vanessa e, sobretudo, pela determinação do Governador Aécio Neves. Trata-se de mais um empreendimento importante para a educação, não apenas porque é a UFMG, mas porque já levamos para lá a Unipac, que possui cerca de 3 mil alunos; o Instituto Doctum, com cerca de mil alunos; o Iefato-Unec, com mais de 600 alunos. Além disso, conseguimos vencer a luta antiga com a Reitora Mirele, da universidade de Diamantina, para fazer o "campus" avançado da universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com a sua base em Diamantina. Os contatos que fizemos desde 2003 com a Reitora deram resultado, mas não no meu governo, e sim no governo atual, porém numa luta que iniciamos lá atrás.

Vale registrar ainda neste final de semestre, Sr. Presidente, algumas providências. Há muitos anos, vimos rogando ao nosso governo que instale em Teófilo Otôni, além da ZPE, um quarteirão ou distrito industrial. Recentemente, o Presidente do Sindicato do Comércio esteve aqui com a nossa Prefeita, minha adversária política, com o meu beneplácito. O Governador pediu-me para recebê-la, e eu consenti, também atendendo a um apelo do Presidente Lula para que o Governador Aécio Neves recebesse a nossa Prefeita, que não tem feito um bom governo na cidade, mas nem por isso o governo Aécio Neves poderia deixar de atendê-la. Era preciso que S. Exa. a atendesse.

Sabemos muito bem que está sendo feita na cidade uma propaganda muito grande, como se a Prefeita tivesse passado por cima do prestígio do Deputado, como se o Governador tivesse passado por cima do prestígio do Deputado. Mas não é nada disso. É preciso esclarecer à população da minha cidade que o Governador recebeu a nossa Prefeita com o meu consentimento, da mesma forma que o Deputado Federal Ademir Camilo convidou a Prefeita para ir a Brasília assistir à reunião do Senado em que seria aprovada a ZPE.

Nós não temos barreiras partidárias quando o interesse é da nossa cidade e região. Não nos preocupamos com a divulgação e com a propaganda que se faz, tentando assenhorear-se de obras, realizações e feitos que não são de sua autoria, pois o importante é nossa cidade, o Vale do Mucuri e o Vale do Jequitinhonha ganharem com isso.

Ainda há pouco, telefonou-me um companheiro, preocupado com a baita propaganda que se faz da reunião ocorrida com o Dr. Júlio Laender - que foi lá a meu pedido -, a Prefeita e seus Secretários. Estão preocupados com o fato de estarmos dando espaço a uma Prefeita que está realizando a pior administração da história da cidade e que está usando isso em seu benefício. Entretanto, precisamos esclarecer nossos companheiros: o nosso povo é mais importante que nosso partido político; é mais importante que as nossas diferenças; é mais importante que as nossas querelas. Se é bom para a cidade que a nossa Prefeita seja recebida pelo Governador, desejamos que a receba, pois queremos que ela vá bem; não queremos que ela continue o desastre administrativo que se implantou na cidade nesses dois anos e meio. Gostaríamos que ela acertasse, e queremos ajudar para que acerte.

Na área de saúde, há um caos absoluto na nossa cidade de Teófilo Otôni: 11 PSFs, de 14, foram fechados; o terceiro hospital está fechando as portas - eram quatro. Então é nossa preocupação dar a nossa ajuda, a nossa mão, ajudar a nossa cidade e o nosso povo - que seja por intermédio da Prefeita, isso não tem problema. O nosso Governador está autorizado a ajudar a Prefeitura de Teófilo Otôni - ele tem o meu consentimento e o do Deputado Federal Ademir Camilo -, a dar todo o suporte à nossa cidade, porque ela faliu. A Prefeita não tem condições de receber os R\$30.000.000,00 que o Presidente Lula colocou no PAC, uma vez que está inadimplente e não tem capacidade de endividamento - a cidade não pode tomar o empréstimo do PAC. Portanto, a Prefeita do PT fez falir a cidade de Teófilo Otôni e sua estrutura administrativa, arrebentou toda a estrutura organizacional.

Não podia deixar de concluir minha fala de hoje sem rezar o Pai-Nosso e a Ave-Maria, que todo cristão deve rezar todos os dias: a questão do Ministério Público. Quero expor o assunto de forma clara, como fiz na tarde de hoje, e explicar que esta Assembléia não criou nenhum foro especial, nenhum privilégio, apenas mudamos a iniciativa da ação. Se privilégio houve ou houvesse - qualquer tempo verbal que o senhor queira empregar -, antes devemos analisar aqui, Deputado Domingos Sávio, um número singelo. Se valer a idéia de que há foro privilegiado, temos as seguintes pessoas privilegiadas: Presidente do Tribunal de Justiça, Presidente do Tribunal de Justiça Militar, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Presidente da Assembléia, Governador do Estado, Vice-Governador do Estado, Advogado-Geral do Estado - uma pessoa em cada um desses órgãos -, mais 15 Secretários de Estado, 7 Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e 77 Deputados. Mas estamos dando o que falam ser privilégio, o que falam ser foro privilegiado, para 1.875 Juizes, Promotores de Justiça e Desembargadores do nosso Estado, e não para as outras 106 autoridades, das quais 11 já tinham foro especial. Correto, Deputado Domingos Sávio?

É preciso dizer, de forma clara, que não criamos foro privilegiado; mudamos apenas a iniciativa da ação. Estou falando de forma didática para que as pessoas saibam o que, de fato, está acontecendo, o que está sendo transmutado na imprensa mineira, até motivando coisas estranhas,

como, por exemplo, o Crea-MG abrigar o movimento nacional dos nossos Promotores de Justiça para tentar pressionar o Governador do Estado na segunda-feira, com o objetivo de que o Governador, pressionado, possa vetar o projeto.

Da minha parte, gostaria de dizer aos senhores: se houver veto, votarei contra o veto. Com todo o apreço, toda a estima, toda a admiração e todo o comprometimento que tenho com o Governador do Estado, com quem quero estar e trabalhar para que seja Presidente da República, o meu voto, aberto, rasgado, será pela derrubada do veto, se houver. Mais ainda, Sr. Presidente: creio que o sentimento é de mais de 50 dos 77 Deputados, os quais não podem se mostrar. Alguns nem devem se mostrar. Nós, que já estamos na berlinda, que já estamos sendo acusados pelos jornais, que já colocamos a cara na rua, devemos ir até o fim.

Estou aqui, Sr. Presidente, para dizer: neste final de semestre, esta Casa não fez nenhuma aberração. Li, há pouco, a lei do Estado de São Paulo, de 1993, que, no seu art. 116, apresenta, de forma clara, quem são as pessoas que podem ter iniciativa de ação diferenciada somente pelo Procurador-Geral. Há a relação, Deputado Domingos Sávio, no texto da lei de São Paulo, desde 1993: Secretários de Estado, Deputados Estaduais, membros do Ministério Público, membros do Poder Judiciário, Conselheiros do Tribunal de Contas - e há lá, ainda mais, que não incluímos na nossa lei - membros das diretorias ou conselhos de administração de entidades de administração indireta do Estado. É a lei que prevalece em São Paulo desde 1993. Os Promotores de Justiça do Brasil inteiro juntaram-se e apresentaram uma ação direta de inconstitucionalidade arguindo a lei de São Paulo. Consta aqui: Ministro Moreira Alves, dia 25/10/95. Com seu parecer, o Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal derrotou o Ministério Público e manteve a lei feita pelo Estado de São Paulo.

Pergunto aos senhores: Minas é menor que São Paulo? Minas é pior que São Paulo? Minas tem mais analfabetos jurídicos que São Paulo? Minas pode ser maior, menor, pior, mas Minas pelo menos tem uma coisa que ninguém tira: Minas é diferente, Minas tem estofo moral, Minas tem homens públicos corajosos. Quando o Brasil precisou de Minas Gerais, em todas as oportunidades o suporte moral veio. E, enquanto São Paulo, pelo seu poderio econômico, consegue fazer tudo, em Minas, os nossos Promotores de Justiça criam um carnaval, uma confusão. E a nossa imprensa, lamentavelmente, não lê, não lê o material que temos disponível e coloca os Deputados na berlinda como se fossem quase que assassinos da lei, como se nós não tivéssemos estofo jurídico.

Sr. Presidente, diria que esta Assembléia está fazendo história. Deputado Domingos Sávio, esta Assembléia está fazendo história contra aqueles juvenis impúberes Promotores de Justiça que tentaram macular o Ministério. Não fomos nós. Foram eles que erraram ao achar que eram deuses, onipotentes, ao sentir e imaginar que poderiam ser, como está no ofício do Procurador-Geral, intocáveis. Ninguém é intocável, ninguém.

A liberdade só existe quando a vigiamos. Se quisermos paz e tranqüilidade, temos que fazer a imprensa mineira entender que esta é uma hora de Minas não se envergar, não se ajoelhar, não se curvar. É preciso enfrentar toda essa manipulação da imprensa, da mídia, e tentar sair dessa situação trancada, em que não existe opinião pública, existe apenas a opinião publicada. Que Deus me perdoe, mas nossa imprensa está errada e precisa mudar seu comportamento. Um abraço.

## ERRATA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia verificada na edição de 28/7/2007, pág. 42, col. 3, onde se lê:

"Iara Regina de Jesus", leia-se:

"Sara Regina de Jesus".